



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

PARECER JURÍDICO SUPRAM JEQ	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 05442/2006/001/2006	Indexado ao Parecer Técnico nº.
Tipo de processo:	
Licenciamento Ambiental (<input type="checkbox"/>) Auto de Infração (<input checked="" type="checkbox"/>)	

1. Identificação

Empreendimento(Razão Social): Posto Bodão Ltda.	CNPJ / CPF: 42.921.999//0001-51
Empreendimento (Nome Fantasia) Posto Bodão Ltda.	
Município: Itamarandiba / MG	
Atividade predominante: Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos	
Código da DN e Parâmetro F-02-03-8	
Porte do Empreendimento	Potencial Poluidor
Pequeno (<input type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Grande (<input type="checkbox"/>)	Pequeno (<input type="checkbox"/>) Médio (<input checked="" type="checkbox"/>) Grande (<input type="checkbox"/>)
Classe do Empreendimento	
Fase do Empreendimento	
AUTO DE INFRACAO – (Defesa ao AI Nº. 3266/2006)	

2. Histórico

Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:
---------------------------	------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha

Processo: 05442/2006/001/2006
Documento: 582749/2006
Pag.: 064

3. Introdução

Dispõe o presente sobre a análise jurídica do Processo nº. 05442/2006/001/2006, referente ao Auto de Infração nº. 3266/2006 lavrado em 24/03/2006 (fls.04) em desfavor do empreendimento "Posto Bodão Ltda.", localizado no município de Itamarandiba/MG, em decorrência do acidente rodoviário ocorrido em 06/03/2006, na Rodovia MGT 367, na localidade denominada Bandeirinha, Município de Diamantina, com carreta-tanque de sua propriedade, transportando 20.000 (vinte mil) litros de óleo diesel e 10.000 (dez mil) litros de gasolina..

4. Discussão:

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

O empreendimento foi incurso no art.19, §3º, item 6 do Decreto Estadual 39.424/98, parcialmente alterado pelo Decreto nº. 43.127/02, pelas irregularidades apontadas, *in verbis*:

Art.19 (...)

§3º - São consideradas infrações gravíssimas:

6. Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde Humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.

Tempestivamente, a autuada apresentou sua defesa alegando em síntese:

1. Que o empreendimento autuado é Posto Revendedor de combustível e sempre pautou pelo adimplemento da sua obrigação legal perante o meio ambiente;
2. Que o ocorrido deu-se em função de caso fortuito e que não causou degradação ambiental significativa;



Processo: 95442/2006/001/2006
Documento: 582749/2006
Pag.: 065

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

3. Que não houve o vazamento dos 30.000 litros de combustível, tendo o incêndio consumido o maior volume do produto;
4. No dia seguinte ao do acidente houve o pronto atendimento no local do acidente e que a quantidade de combustível recebida pelo curso d'água fora desprezível, bem como a flora e a fauna não foram degradadas;
5. Que foram adotadas as metodologias mais seguras e viáveis de minimização de impacto ao meio ambiente;
6. Que a quantidade de composto químico detectado no local não demanda qualquer situação de intervenção ambiental, não se podendo pretender punir o empreendimento se não está constatado dano concreto e significativo ao meio ambiente, já que o fiscal da FEAM apenas afirma, no auto, a existência de dano, sem nenhum outro estudo técnico;
7. Ressalta que não houve qualquer dano ambiental promovido pela empresa não devendo haver, por isso, imputação de qualquer sanção.
8. Que o empreendimento procedeu à imediata reparação de possível dano, recolhendo o produto residual e através da empresa HAZTEC – Tecnologia e Planejamento Ambiental, foram tomadas as medidas de mitigação do impacto e realizado o laudo pericial para constatação do grau de contaminação da água e do solo.
9. Alega, finalmente, que as análises apresentaram resultados de contaminação inferiores aos limites considerados toleráveis, não restando configurado o dano ambiental, o que impede a aplicação de qualquer sanção. Alega, ainda, que a empresa não concorreu para a ocorrência do acidente, não podendo ser responsabilizado pelos efeitos do mesmo.
10. Requer seja julgado insubsistente o auto de infração, haja vista a inexistência de dano ambiental ou degradação.

O Parecer Técnico de fls.61/62, informa que após o tombamento do caminhão-tanque



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

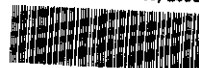
houve o vazamento de todo o combustível, sendo que parte deste vazamento foi incendiado, atingindo a vegetação rasteira local, e parte do combustível escoou, contaminando o solo e o córrego Bandeirinha, cujas águas são utilizadas para consumo humano e dessedentação animal.

Houve a intervenção do Corpo de Bombeiros no combate ao incêndio, trabalho que perdurou por, aproximadamente, duas horas, conforme BO de Bombeiros, constante às fls. 39/42 do processo.

Informa, ainda, o parecer técnico, que a empresa contratada pelo Posto autuado, especializada em emergências químicas ambientais, utilizou, nos trabalhos de contenção, limpeza e remediação da área, materiais e barreiras absorventes, máquinas para remoção de óleo e solo contaminado e lonas plásticas. Estes trabalhos tiveram início na tarde do dia 07/03/2006 finalizando-se em 16/03/2006. Trinta dias após o acidente, foi constatado, por técnicos da SUPRAM Jequitinhonha, indícios de solo contaminado por óleo, através de material abandonado (barreiras absorventes, etc.), além do armazenamento de forma irregular do material contaminado resultante do acidente, o que é confirmado pelo Auto de Fiscalização de fls.57. Ressalta, ao final, que o fato de a empresa ter tomado medidas emergenciais, não cessa sua responsabilidade pela recuperação da área atingida, nem descaracteriza a infração cometida.

Do ponto de vista jurídico, entendemos que houve o desatendimento à Legislação Ambiental vigente, restando caracterizada a infração, razão pela qual esta Assessoria sugere a penalização da autuada, pelos motivos que seguem:

Preliminarmente, insta frisar que a autuada foi incurso em infração tipificada como gravíssima, por poluir e degradar o meio ambiente, resultando ou podendo resultar em danos, principalmente, à saúde humana, havida seja pela contaminação da água utilizada para consumo humano, seja pelo risco causado pelo incêndio na pista, às espécies vegetais



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

e animais, tendo sido constatada a contaminação do solo e de nascente situada no entorno da localidade onde se deu o fato.

Em relação às alegações feitas pela autuada no item 1, verifica-se que a empresa Posto Bodão Ltda, apesar de pautar sempre pelo adimplemento de sua obrigação legal perante o meio ambiente, não possuía, até 11/09/2006, Licenciamento Ambiental, procedimento obrigatório previsto na Resolução CONAMA nº. 273/00 E DN COPAM nº. 50/01. Nem tão pouco, o caminhão – tanque, envolvido no acidente em tela, possuía licenciamento ambiental, desatendendo ao art.2º, § 1º da Resolução CONAMA 237 e DN 74/04, que estabelece a necessidade Licenciamento Ambiental ou Autorização Ambiental de Funcionamento, para o transporte rodoviário de cargas perigosas, assim definidas em Portaria do Ministério dos Transportes.

Contrariamente ao disposto pela defesa no item 3, foi constatado por todos os que estiveram ao local do acidente, o derramamento de todo o óleo carregado no caminhão, ocasionando a contaminação do solo e do Córrego Bandeirinha, conforme se verifica no cronograma de atividades do Relatório de Atendimento Emergencial de fls.26, quando, em 08/03/06, ocorreu o início da retirada do solo contaminado e início do recolhimento do óleo contido em canaleta pluvial no referido córrego.

Ante a alegação constantes dos itens 3 e 4, entende-se que *“os objetivos do Direito Ambiental são basicamente preventivos. Sua atenção está voltada para o momento anterior à consumação do dano - o mero risco. Diante da pouca valia da simples reparação, sempre incerta, e quando possível, onerosa, a prevenção é a melhor, quando não, a única solução. Ex.: como reparar o desaparecimento de uma espécie? Qual o custo da despoluição de um rio? Como reparar a supressão de uma nascente?”* (Ana Maria Moreira Marchesan, Direito Ambiental, Porto Alegre: Verbo Jurídico – 2004).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

Processo: 85442/2006/001/2006
Documento: 582749/2006
Pag.: 068

No nosso entendimento, esta prevenção não houve por parte da autuada que transportava, conforme dito retro, irregularmente produtos perigosos, irregularidade caracterizada, no presente caso, pela falta de licença ambiental autorizativa para o funcionamento do empreendimento e transporte da carga perigosa, deixando-a deficiente quanto aos cuidados legais e técnicos que devem ser dispensados na comercialização e transporte de tais produtos. Nesse sentido, se pronuncia Ana Maira Moreira Marchesan: *“A inobservância de qualquer norma legal ou regulamentar relativa ao meio ambiente, estadual ou municipal, bem como das exigências técnicas feitas pela autoridade competente e constante das licenças ambientais, constituem infrações administrativas.”*

Entendemos, por fim, que atender à solicitação da Empresa quanto à inexigibilidade e suspensão da multa consistir-se-ia numa infração legal a ser cometida pelo órgão ambiental responsável, cujo comportamento omissivo não comunga com seus ideais fundamentados na legalidade, quanto à preservação do meio ambiente, razão maior de sua existência e funcionalidade tendo como supremacia o interesse público.

Isto posto, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, e considerando que a empresa não possui autuações anteriores, remetemos os autos à Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha para julgamento da infração gravíssima, sugerindo o seguinte:

- Uma multa no valor de R\$10.641,00 9 (dez mil, seiscentos e quarenta e um reais) nos termos do art. 1º, inciso III, alínea “a” (infração gravíssima c/c porte pequeno do empreendimento) c/c art. 2º, §1º, inciso I da DN COPAM Nº27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

Cumpramos, portanto, que, muito embora tenha havido providências por parte da empresa autuada para minimizar os impactos causados pelo acidente, não cabe a aplicação da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha

atenuante prevista no art.3º, inciso I "a" da DN 27/98, uma vez que não é permitida a redução do valor mínimo da multa, conforme art.4º dessa mesma Deliberação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

5. Parecer Conclusivo

Favorável: (x) Não () Sim

7. Data / Responsável

10 08/11/2006

Responsável(s)	Assinatura / Carimbo
Rosane de Moraes – OAB/MG 66.768 Assessora Jurídica	
De acordo: Eliaana Piedade Alves Machado Superintendente Regional de Meio Ambiente	